



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2025

(nº 1103/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.103

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de agosto de 2025.

Brasília, 21 de Julho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Namíbia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **VIVIAN LOSS SANMARTIN**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1286/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 14/08/2025, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6916064** e o código CRC **71E36EB6** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004550/2025-54

SEI nº 6916064

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *PEDRO DE CASTRO DA CUNHA E MENEZES*

CPF.: Informações pessoais

1964 Nasce em 12 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1991 Comunicação Social (Jornalismo), PUC-Rio
1994-95 Diplomacia - IRBr
2002 CAD - IRBr
2011 CAE - IRBr, Áreas de Preservação Ambiental em Zona de Fronteira - Sugestões para uma Cooperação Internacional no Contexto da Amazônia.

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
2000 Segundo-secretário, antiguidade
2005 Primeiro-secretário, por merecimento
2009 Conselheiro, por merecimento
2016 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1996-97 Presidência da República
1997 Assessor internacional da candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2004.
1997 Divisão de Temas Especiais, Brasília.
1998 Cedido à Prefeitura do Rio de Janeiro. Assessor de Relações Internacionais da Secretaria de Meio Ambiente do Rio de Janeiro
1999-00 Diretor Executivo da Gestão Compartilhada Prefeitura do Rio/ IBAMA para o Parque Nacional da Tijuca
2001-04 Segundo-secretário e chefe dos Setores de Promoção Comercial, Cultural e de Administração do Consulado Geral em Sydney e Encarregado do Consulado-Geral.
Primeiro-secretário na embaixada do Brasil em Nairobi e representante permanente Adjunto do Brasil junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ao NU-HABITAT, e Encarregado de Negócios A.I.
2005-07 Chefe do Setor Cultural. Embaixada do Brasil em Lisboa
2007-10 Cônsul-geral Adjunto do Brasil, Encarregado do Consulado-Geral e Chefe do Setor de Promoção Comercial do Consulado-Geral na Cidade do Cabo
2010-12 Cedido ao MMA/ICMBio, onde exerceu o cargo de Diretor de Criação e Manejo
2012-14 Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva (CGCE)
2014-16 Cedido ao MMA/ICMBio, onde exerceu o cargo de Coordenador-Geral de Uso Público e Negócios.
2016-19 Ministro-conselheiro e Encarregado de Negócios A.I., Embaixada do Brasil em Quito
2019-22 Cônsul-Geral do Brasil em Ciudad del Este
2022-23 Cedido ao MMA/ICMBio, onde exerce o cargo de Diretor de Áreas Protegidas.
2023-

Publicações:

- 2004 O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul. 2 edições. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2005 The Urban Imperative: Urban Outreach Strategies for Protected Areas Agencies. (com outros autores; editado por Ted Tryzna). Sacramento: União Internacional para a Conservação da Natureza- UICN/ California Institute of Public Affairs
- 2006 Oswald Brierly: Diários de Viagem ao Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2008 Jardim Botânico do Rio de Janeiro 1808-2008 (coordenação editorial de Nair de Paula Soares). Rio de Janeiro: Artepaddilla
- 2010 Maldito Juscelino. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2010 Parque Nacional da Tijuca: Uma Floresta na Metrópole (com Ana Cristina Vieira e ensaios fotográficos de Marco Terranova e Ruy Salaverri). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2012 Barra da Tijuca: natureza & cidade. (com Jorge Soares Marques; Nadja Costa; David Zee; Gustavo Martinellie Eliane Canedo e ensaios fotográficos de Marco Terranova e Ruy Salaverri). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2012 Rio em Movimento (ensaio fotográfico de Marco Terranova e Ruy Salaverri). Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio
- 2014 Urban Protected Areas - Profiles and best practice guidelines (autor principal Ted Trzyna. Outros colaboradores Joseph T. Edmiston, Glen Hyman, Jeffrey A. McNeely, Brett Myrdal, Adrian Phillips e outros membros do IUCN WCPA Urban Specialist Group). Gland: UICN
- 2015 Áreas de Preservação Ambiental em Zona de Fronteira: Sugestões Para uma Cooperação Internacional no Contexto da Amazônia. Brasília: FUNAG
- 2016 Natureza Urbana: Plataforma de Experiências. (organizadora: María Angélica Mejía). Bogotá. Natureza Urbana: Plataforma de Experiências

Condecorações:

- Medalha Marechal Zenóbio da Costa, da Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo trabalho desenvolvido junto ao Grupamento de Defesa Ambiental, GDA
- Medalha do Mérito Avante Bombeiro do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro;
- Medalha do Sesquicentenário do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
- 2015 Cidadão Benemérito da Cidade do Rio de Janeiro, outorgado pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro
- Medalha Major Archer, pelos serviços prestados ao Parque Nacional da Tijuca;
- Medalha Amigo da Marinha do Brasil
- Medalha do Mérito Almirante Tamandaré, concedida pela Marinha do Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e de Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Austral e Lusófona

REPÚBLICA DA NAMÍBIA



OSTENSIVO

Julho de 2025

SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COOPERAÇÃO TÉCNICA	5
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.....	6
COOPERAÇÃO NAVAL.....	7
EDUCAÇÃO.....	8
COOPERAÇÃO ENTRE ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS	8
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-NAMÍBIA	9
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	9
MERCOSUL-SACU	10
POLÍTICA INTERNA	10
Eleições gerais e posse da nova Presidente da Namíbia	10
ECONOMIA	11
Dados gerais	11
Comércio exterior.....	12
Censo 2023.....	13
MAPA DA NAMÍBIA	14
DADOS BÁSICOS.....	15
INTERCÂMBIO COMERCIAL.....	16
DADOS ECONÔMICOS.....	18

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente da República, NETUMBO NANDI-NDAITWAH.

Nasceu em 1952. Ingressou na Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO na sigla em inglês) aos 14 anos de idade. Ativa na luta anti-*apartheid* e em favor da independência da Namíbia, exilou-se na Zâmbia (1974-1980) e na Tanzânia (1980-1986). Possui graduação em administração pública e gestão pela Faculdade de Tecnologia de Glasgow (1987) e mestrado em estudos diplomáticos e em relações internacionais na Universidade de Keele (1989), no Reino Unido. Assumiu o Ministério de Relações Internacionais e Cooperação (MIRCO) em 2012. É presidente do partido SWAPO desde 2024. Assumiu a vice-presidência da República após o falecimento do presidente Hage Geingob. Foi eleita, em dezembro de 2024, Presidente da República com 57,3% dos votos. Tomou posse em março de 2025. É a primeira presidente mulher da história da Namíbia.



Primeiro-Ministro, ELIJAH TJITUNGA NGURARE.

Nasceu em 1970. Ex-Secretário-Geral da Liga Jovem do partido SWAPO. Ex-Diretor-Executivo do Ministério da Agricultura, Ngurare representa uma geração ascendente nos quadros da SWAPO, com potencial de reforçar a presença do partido no Norte do país e junto a segmentos jovens da população. Em 2015, foi expulso do partido por ter conflitos com os principais líderes. Retornou em 2017, após disputa judicial. Foi designado Primeiro-Ministro em março de 2025.



Ministra de Relações Internacionais e Comércio, SELMA ASHIPALA-MUSAVYI.

Nasceu em 1960. Mestre em estudos diplomáticos pela Universidade de Keele, no Reino Unido. Foi diplomata de carreira por mais de 30 anos, antes de aposentar-se em 2020. Foi embaixadora da Namíbia na Áustria, também atuando como Representante Permanente junto às Nações Unidas em Viena, além de Alta Comissária da Namíbia na Nigéria e em Gana. Serviu como ministra-conselheira na embaixada namibiana em Washington e como Representante Alternata da Namíbia junto às Nações Unidas, em Nova York (1995-2000), onde atuou como subchefe de delegação durante a presidência namibiana do Conselho de Segurança (1999-2000). Entre as funções exercidas na Chancelaria namibiana, foi Chefe da Divisão de Organismos Internacionais (2001-02), Chefe do Departamento de Assuntos Multilaterais (2003-04) e Diretora-Executiva (terceiro cargo na hierarquia do ministério) durante a gestão de Netumbo Nandi-Ndaitwah.



Embaixadora da Namíbia no Brasil, SELMA NGHINAMUNDOVA.

Nasceu em 1974. É diplomata de carreira

desde 1996. Possui graduação em administração pública pela Universidade de Ciência e Tecnologia da Namíbia e mestrado na mesma área pela Universidade de Pretória. Ao longo de sua carreira, ocupou cargos nas quatro áreas da chancelaria: administração, bilateral, multilateral, além de cerimonial e consular. Serviu na embaixada namibiana em Pretória e na missão do país junto às Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra. Foi cônsul-geral na Cidade do Cabo.

RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro estabeleceu, desde a década de 1980, contatos com a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO na sigla em inglês), movimento que lutou pela independência da Namíbia, que ocorreu em 1990. Sam Nujoma, seu membro fundador e prócer, realizou visita ao Brasil em março de 1987, quando foi recebido pelo presidente José Sarney. Em 1989, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência da Namíbia. A SWAPO tornou-se, em seguida, partido político.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente em março de 1990, com a independência da Namíbia e a criação da embaixada brasileira em Windhoek. Em 1991, o então presidente Fernando Collor de Mello visitou o país. Ao longo da década de 1990, os laços adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em 1995.

Em 2001, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica. Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Namíbia. Na condição de presidente, Sam Nujoma visitou o Brasil três vezes (1995, 1999 e 2004).

Em setembro de 2008, o então ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, assinou, no Brasil, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.

Em 2011, o então chanceler Antonio Patriota visitou a Namíbia. Em 2012, visitou o Brasil o então chanceler namibiano Utoni Nujoma. A última visita de chanceler brasileiro àquele país teve lugar em maio de 2017 (Aloysio Nunes Ferreira). Na ocasião, a chanceler Netumbo, hoje presidente do país, sublinhou a importância de estabelecer acordos bilaterais, mencionou que o combate à pobreza constituía prioridade para a Namíbia e manifestou interesse em ampliar a cooperação na área da agricultura em climas secos e em conhecer os programas brasileiros Bolsa-Família e Minha Casa Minha Vida.

Em dezembro de 2023, no quadro da retomada das relações do Brasil com a África, foi realizada em Windhoek a II Reunião de Consultas Políticas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

As iniciativas de cooperação técnica estão amparadas pelo Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia, celebrado em 7 de março de 1995.

Na área de água, saneamento e resíduos sólidos, delegação namibiana efetuou, em novembro de 2022, viagem de estudos ao Brasil (Ceará). Na ocasião, identificaram-se dois setores principais para cooperação: (i) processo de urbanização de assentamentos informais; e (ii) apoio técnico com regulamentos sobre fixação de tarifas.

No campo da agricultura, foi solicitado pelo ministro namibiano titular da pasta, Calle Schlettwein, em novembro de 2022, auxílio para (i) desenvolvimento da

capacidade de pesquisa, (ii) produção de sementes, (iii) otimização da capacidade de sistemas de irrigação e (iv) mecanização da agricultura.

No setor de merenda escolar, o Ministério da Educação da Namíbia solicitou, por nota de 20 de março de 2023, apoio ao Programa de Merenda Escolar (*Namibian School Feeding Programme* – NSFP).

Em julho e agosto de 2024, a ABC, em parceria com o Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou missão de prospecção multidisciplinar conjunta a Windhoek. A missão teve por objetivo dar início à negociação de projetos de cooperação nas áreas de melhoramento de solos, gestão de águas (cisternas), culturas anuais e estatísticas agropecuárias, com o Ministério da Agricultura, Água e Reforma Agrária (MAARA) e a Agência Nacional de Estatísticas (NSA) da Namíbia.

Na ocasião, técnicos namibianos fizeram apresentações sobre a produção local de batatas e girassóis resistentes à seca e seus resultados, além das principais dificuldades e desafios enfrentados pelo ministério para ampliar a produção, quais sejam: escassez de água, baixo domínio de técnicas para melhorar a produção e a falta de variedades de sementes resistentes ao clima local, dependência de fornecedores externos de sementes, especialmente a Zâmbia e a África do Sul, dentre outros.

Ao final, foi idealizado projeto intitulado “Fortalecimento de capacidades para produção agrícola na Namíbia”, com objetivo de “contribuir para a segurança nutricional e alimentar da Namíbia” e, em particular, “aumentar a produção agrícola nas regiões do norte e nordeste da Namíbia”. As partes acordaram que dariam continuidade à elaboração do projeto, com definição dos seus resultados, produtos e atividades, durante reuniões virtuais, a serem realizadas após o retorno da delegação brasileira.

Ademais, registra-se interesse namibiano em desenvolver projetos nas seguintes áreas: (i) agricultura familiar e estímulo aos pequenos produtores, visando a segurança alimentar; (ii) estruturação de academia diplomática, com vistas à profissionalização dos diplomatas; (iii) capacitação profissional para a consolidação do “Centro Internacional das Mulheres pela Paz”; (iv) polícia/fronteira: práticas e conhecimentos desenvolvidos pelo Brasil em matéria de controle de movimento de fronteiras; (v) combate à violência de gênero e prevenção contra a gravidez precoce; (vi) assistência à população marginalizada, incluindo crianças em situação de rua; (vii) produção de sementes; (viii) otimização da capacidade de sistemas de irrigação e mecanização; e (ix) hidrogênio verde.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Em 2019, atendendo solicitação do governo da Namíbia, no contexto da seca prolongada que atingira o país naquele ano, o Brasil fez doação de R\$ 100 mil para a aquisição de suplementos alimentares destinados a crianças pequenas em estado de subnutrição. A partir de 2020, o programa mudou de enfoque, da prestação de ajuda emergencial (compra e doação de alimentos) para a capacitação de longo prazo, com ênfase na prevenção, no incremento da capacidade de resposta e na resiliência das comunidades locais.

Os recursos brasileiros foram distribuídos pelo PMA entre cinco projetos em diferentes regiões do país. Todos têm por objetivo promover o cultivo local de alimentos, mediante parcerias entre a comunidade local e um hospital ou escola, onde são plantadas hortas comunitárias. Os alimentos produzidos são utilizados para melhorar a dieta nutricional de pacientes e estudantes, bem como da comunidade em geral, além de incentivar a economia local e a geração de empregos quando há excedentes para comercialização. De particular relevância política é o projeto que tem sido desenvolvido junto à comunidade San (grupo étnico de caçadores-coletores, considerado um dos mais marginalizados da Namíbia), na localidade de Tsumkwe, em Otjozondjupa.

O Brasil vem renovando anualmente doações no valor de R\$ 120 mil por meio do PMA, com vistas a dar continuidade aos referidos projetos, o que é objeto de reconhecimento por parte do governo namibiano.

COOPERAÇÃO NAVAL

A cooperação naval foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul. A Fragata brasileira "Niterói" foi o primeiro navio a atracar sob jurisdição namibiana. Ainda naquele ano foi criada a Missão Naval do Brasil na Namíbia, instituição que vem aprofundando o conhecimento mútuo das Marinhas de ambos os países, e assinado o Acordo de Cooperação Naval (renovado em 2001) com objetivo de criar e fortalecer a Força Naval da Namíbia. De 2001 a 2011, foram formados, em escolas brasileiras, 1.179 militares namibianos (90% do efetivo da Marinha). Com apoio de instrutores brasileiros, o Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay tem formado cerca de 50 militares namibianos por ano.

Em 1997, o navio brasileiro Sirius realizou levantamento cartográfico da costa namibiana, gerando dados para a elaboração das Cartas Portuárias Náuticas de Walvis Bay. Mediante contrato assinado com a empresa EMGEPRON em 2003, o Brasil prestou consultoria para estabelecimento do limite externo da Plataforma Continental da Namíbia, incluindo aquisição de dados, seu processamento e a preparação do relatório e da equipe que apresentou, em 2009, proposta à Comissão de Limites da ONU. O Governo namibiano tem solicitado a continuidade da cooperação nessa área.

Em 2004, a Marinha do Brasil transferiu à Namíbia a corveta "Purus", rebatizada "NS Ten Gen Dimo Hamaambo". Com a incorporação da corveta, a Ala Naval atingiu maturidade para sua elevação à Marinha da Namíbia, passando a constituir força independente diretamente subordinada ao Ministério da Defesa. Posteriormente, foram adquiridos do Brasil um navio-patrolha "Classe Grajaú" e dois barcos-patrolha portuários "Classe Marlin". Em 2006, foi instalada junto à Embaixada em Winhdoek a Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico da Namíbia.

Em 2009, foi estabelecido em Walvis Bay o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), que possibilitou a formação na Namíbia de 723 soldados e 209 cabos. O GAT-FN segue auxiliando o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (criado em 2016).

Em 2024, a cooperação naval completou 30 anos. Atividades alusivas à celebração da efeméride foram realizadas nos dias 21 a 23 de outubro de 2024, no contexto da visita da Fragata "Defensora" à Namíbia. A ocasião contou com exercícios navais realizados pela Marinha do Brasil com a Marinha da Namíbia na costa namibiana. No dia 24, a "Defensora" foi aberta à visitação pública no porto de Walvis Bay. Foram também lançados selos comemorativos dos 30 anos de cooperação naval produzidos pelos correios da Namíbia (NAMPOST).

A importância do Acordo Naval para estruturação da Marinha da Namíbia é reconhecida pelas autoridades locais. A armada namibiana possui hoje 3 almirantes que fizeram o curso completo da Escola Naval. A presença e influência brasileiras junto à Marinha namibiana são reconhecidas igualmente por terceiros países.

No contexto da implementação do Plano de Ação de Mindelo, a Marinha do Brasil propõe diversas iniciativas de ampliação da cooperação naval com os países da ZOPACAS, incluindo aumento de vagas oferecidas em escolas militares brasileiras, cooperação entre colégios de defesa; e cooperação no enfrentamento à pirataria, ao narcotráfico e ao tráfico de pessoas no Atlântico Sul.

EDUCAÇÃO

Estudantes namibianos beneficiam-se, desde 2002, da possibilidade de participação no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G).

Ademais do escasso conhecimento local a respeito do Programa, os principais obstáculos à atração de estudantes da Namíbia para graduar-se em universidades brasileiras são a barreira linguística e o fato de o PEC-G não oferecer bolsas integrais de estudos, o que reduz o contingente de possíveis candidatos. Sobre esse tema, registre-se que os estudantes namibianos que ingressaram no programa em anos anteriores contaram com recursos fornecidos pelo Ministério dos Transportes e Obras Públicas para deslocamento e subsistência no Brasil. Restrições orçamentárias desde 2017, contudo, levaram à redução do valor do auxílio governamental e à suspensão de concessão de novas bolsas.

Quanto ao idioma, observa-se que, com uma comunidade lusófona estimada em cerca de 100 mil residentes, a aprendizagem do português na Namíbia começa a ser percebida como possível ativo diferencial no mercado de trabalho local, regional e continental. Por essa razão, o oferecimento de cursos de português na Namíbia seria importante avanço na promoção do Brasil como destino de estudos universitários.

No momento, apenas Portugal mantém programa de leitorado em língua Portuguesa em Windhoek na UNAM.

COOPERAÇÃO ENTRE ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS

A Namíbia inaugurou sua academia diplomática, a Escola de Estudos Diplomáticos da Namíbia, em fevereiro de 2023. Criada por meio de Memorando de Entendimento entre o MIRCO e a UNAM, a Escola é gerida por comissão conjunta integrada por representantes de Chancelaria e da Universidade.

Em junho de 2023, o Brasil propôs assinatura de Memorando de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a recém inaugurada Escola de Estudos Diplomáticos da Namíbia, o qual se encontra sob o exame da parte namibiana.

O Instituto Rio Branco poderá considerar propostas de atividades de cooperação por parte da Namíbia, a exemplo de seminários conjuntos; reuniões para troca de informações sobre grades curriculares ou sobre outros aspectos do funcionamento das respectivas academias diplomáticas; entre outras iniciativas.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-NAMÍBIA

Realizou-se, em 12/9/2023, reunião de instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Namíbia. O Grupo originou-se por meio de projeto de resolução de autoria do deputado federal Jorge Braz de Oliveira (REPUBLICANOS/RJ), que exerce a função de presidente na atual legislatura.

No início de novembro de 2023, a Assembleia Nacional da Namíbia (a câmara baixa do Legislativo) criou a Frente Parlamentar de Amizade Brasil-Namíbia. O grupo é composto de 15 deputados, sendo 10 da SWAPO.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Namíbia correspondeu, em 2024, a US\$ 11,2 milhões. A cifra registra variação negativa de 42,6%, na comparação com 2023. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 9,8 milhões em 2024. O volume exportado decaiu 39,1% em relação ao ano anterior. A pauta concentrou-se nos seguintes itens: a) carne de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, congeladas ou resfriadas: 41%; b) açúcares e melaços: 24,0%; c) outras máquinas e equipamentos especializados: 18,0%; d) demais produtos - indústria da transformação: 4,5%; e) roupas femininas e infantis: 2,7%; f) artigos de confeitaria: 2,4%; g) armas e munições: 2,1%; h) roupas masculinas e infantis: 2,0%; i) móveis e suas partes: 1,9%; e j) charutos, cigarros - tabaco: 0,9%.

A Namíbia ocupou a 160ª posição em lista de países para os quais o Brasil exportou em 2024 (corresponde a 0,003% do total exportado). Do lado das importações, o país africano se situou em 133º lugar (0,0005% do total importado).

O foco da doença de Newcastle no Rio Grande do Sul, em julho de 2024 pode ter sido determinante para redução das exportações e do fluxo comercial em 2024. O item "carne de aves" registrou queda de 49% na comparação com 2023. Ao menos quatro empresas exportavam carne de aves do Rio Grande do Sul para a Namíbia: Agrosul, BRF, Carrer Alimentos e JBS/Seara.

No cotejamento interanual, as exportações da Namíbia para o Brasil registraram declínio de 57,8%. Em valores totais, atingiram US\$ 1,4 milhão. A pauta limitou-se aos seguintes itens: a) pedra, areia e cascalho: 89,0%; b) matérias vegetais em bruto: 4,3%; c) pérolas e pedras semi ou preciosas: 2,0%; d) produtos de perfumaria: 1,5%; e) pregos, parafusos e semelhantes: 0,9%; f) tubos e perfis ocos: 0,6%; e g) artigos de metais comuns: 0,4%.

Como regra, o Brasil acumula superávits constantes no comércio com a Namíbia, à exceção do ano de 2020.

MERCOSUL-SACU

A União Aduaneira da África Austral (SACU) mantém, desde 2003, Acordo de Preferência Comercial com o Mercosul. Observando-se a estrutura do comércio bilateral, identifica-se que a SACU funciona por vezes como barreira comercial aos produtos extracomunitários, incluindo os brasileiros. Interlocutores locais têm manifestado a representantes do Posto interesse em aumentar compras de açúcar nacional, porém indicaram que, no atual contexto, o produto brasileiro perde competitividade após a incidência da TEC da SACU. Mencionam-se, ademais, as inúmeras redes sul-africanas de varejo e atacado presentes no território namibiano, com ganhos de escala que lhes permitem dominar a distribuição de bens no mercado local e criar sobre os consumidores namibianos relações inconscientes de preferência.

O atual nível de trocas bilaterais permite concluir que o Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU pouco influenciou os fluxos de comércio. O acordo enfrenta dificuldades de implementação em temas técnicos, como regras de origem e listas de juízes. Identifica-se, ainda, pouca fluidez e tempestividade na comunicação entre os dois blocos.

POLÍTICA INTERNA

A Namíbia é uma república semipresidencialista. Reconhece o pluripartidarismo e realizada regularmente, a cada cinco anos, eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas.

Os mandatos eletivos de presidente e membros da Assembleia Nacional são de cinco anos. Os 42 membros do Conselho Nacional, a câmara alta do Parlamento, são eleitos, subsequentemente, de forma indireta, entre os "conselheiros constituintes" das 14 regiões administrativas da Namíbia, para mandatos também de cinco anos.

A SWAPO, em sua convenção de 2022, definiu a então Vice-Primeira-Ministra, Netumbo Nandi-Ndaitwah, como candidata oficial do partido para a sucessão presidencial. Nandi-Ndaitwah foi reeleita, em novembro de 2022, para a vice-presidência do partido e, em 2024, assumiu a presidência do SWAPO com o falecimento de seu presidente, o também presidente da Namíbia, Hage Geingob.

Eleições gerais e posse da nova Presidente da Namíbia

Em 27 de novembro de 2024, foram realizadas eleições presidenciais e parlamentares na Namíbia. Observadores indicavam que essa poderia ser a votação mais

competitiva da história do país. O partido oficialista SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), no poder há 34 anos, enfrenta desafios como aumento do desemprego, desigualdade e escândalos de corrupção. Nas últimas eleições presidenciais, a legenda viu seu apoio cair substancialmente, saindo de 87% dos votos em 2014 para 56% em 2019. A candidata do partido foi Netumbo Nandi-Ndaitwah, vice-presidente e ex-chanceler do país.

Na noite de 3 de dezembro, a ECN anunciou o resultado oficial das eleições presidenciais e parlamentares. Netumbo Nandi-Ndaitwah obteve a vitória no primeiro turno, com 57,3% dos votos válidos, resultado ligeiramente superior ao alcançado por Hage Geingob em 2019 (56,3%). Panduleni Itula, do partido Patriotas Independentes pela Mudança (IPC) ficou em segundo, com 25,5%, e Bernardus Swartbooi em terceiro, com 4,6%. A SWAPO recebeu 583 mil votos para o Parlamento, angariando 51 de suas cadeiras. Com 220 mil votos, o IPC conquistou 20 assentos, firmando-se como maior bancada de oposição no Legislativo. O Reposicionamento Afirmativo (AR) recebeu 72 mil votos, ocupando 6 cadeiras.

ECONOMIA

Dados gerais

A economia namibiana possui grau de diversificação intermediário, em que se destacam alguns setores dinâmicos, notadamente mineração, pesca, turismo e agricultura. De modo geral, a Namíbia ostenta quadro institucional robusto, com democracia, liberdade de imprensa e arquitetura institucional entre as melhores do continente africano.

A Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA) publicou, no corrente dia 20 de março, boletim informativo sobre o PIB nacional e sobre a inflação em 2024. Em termos nominais, o produto interno bruto da Namíbia acumulou NAD 245,1 bilhões (aproximadamente US\$ 13,3 bilhões) em 2024, pouco acima dos NAD 228,9 bilhões registrados no ano anterior. Em valores reais, considerando a inflação, o crescimento do PIB desacelerou-se, passando de 4,4% em 2023 para 3,7% em 2024.

Com renda per capita de cerca de US\$ 4,4 mil (chegou a quase US\$ 6 mil em 2012, desde quando apresenta tendência decrescente), o país era categorizado entre as economias de renda média-alta, o que levou a apelos do governo junto a instituições financeiras internacionais para que alterem o cálculo PIB/população de modo a levar em conta a baixa densidade populacional e o alto nível de concentração de renda no país. O índice GINI na Namíbia, 59,1 é o segundo mais alto do planeta, atrás apenas da África do Sul, de 63,0, segundo dados do Banco Mundial de 2015 (última informação disponível).

Em julho de 2025, o Banco Mundial reclassificou a Namíbia como país de renda média-baixa. Para autoridades do governo, a reclassificação é um passo no caminho correto, ainda que advoguem o emprego do coeficiente de GINI como mais apropriado. A razão do rebaixamento foi a queda de 12,9% na renda nacional bruta (RNB) per capita. Dois movimentos teriam coincidido para isso: de um lado, o aumento da população namibiana; de outro, a desaceleração do crescimento econômico.

A inflação no país se mantém controlada e dentro da meta. Foi de 4,2% ao ano em 2024; 5,9% em 2023; e 6,1% em 2022. A inflação namibiana acompanha os índices sul-africanos, na medida em que o dólar local é indexado ao Rand, moeda sul-africana. Na prática, a política monetária na Namíbia replica as decisões do Banco Central da África do Sul

Comércio exterior

As exportações da Namíbia em 2024 atingiram em torno de US\$ 6,6 bilhões. Desse total, a África do Sul foi o destino de 19% dos produtos exportados, à frente da China, com 17,2%. Botsuana, Zâmbia e Bélgica completaram a lista dos cinco principais países. O percentual do Brasil representou 0,021%. A pauta exportadora concentrou-se em poucos itens: a) urânio (16,8%); b) pedras preciosas (16,2%); c) ouro não-monetário (12%); d) pescado (11,3%); e e) produtos oriundos do cobre (5,3%).

As importações da Namíbia registraram, em 2024, valores próximos a US\$ 8,9 bilhões. A África do Sul permaneceu como o principal parceiro, com 36,3% do total importado. Seguiram-na China (11%), Peru (3,6%), Emirados Árabes Unidos (3,6%) e Índia (3,5%). O percentual do Brasil equivaleu a 0,1%. A pauta importadora também retratou perfil concentrado: petróleo (15,5%), minério de cobre (4,9%), veículos automotores para transporte de carga (3,3%), minério de níquel (2,7%) e equipamentos de engenharia civil (2,6%).

De acordo com estudo preparado pela “*Namibia Statistics Agency*” (NSA), registra-se trajetória ascendente nas trocas globais do país africano desde 2020. Na comparação retroativa interanual, as exportações aumentaram 9% em 2023 e 15,3% em 2024; as importações cresceram, nesses anos, 18,5% e 2%.

Considerada em conjunto, a UE representa o principal destino das exportações namibianas, quase 20% do total. Diferentemente do verificado com outros parceiros, a pauta com a União Europeia é diversa: engloba pescados (38%), cobre (23%), minérios (12%), pedras preciosas (19%), carvão (3%), frutas secas (2%), sal (1%), entre outros itens.

O mercado namibiano registra alto grau de dependência em relação à África do Sul em razão dos baixos custos de transporte; dos distintos graus de maturação das economias dos dois países; das redes consolidadas de '*networking*', por razões de fundo histórico e étnico (empresários de ascendência '*Afrikaans*'); do idioma comum; da paridade cambial entre o dólar namibiano e o Rand; e do pertencimento de ambos os países à mesma união aduaneira (SACU).

A Namíbia colhe superávits com o bloco regional desde 2004. Ademais, o país africano beneficia-se de acesso preferencial ao mercado europeu, para onde envia produtos isentos de tarifas, nos termos do '*Economic Partnership Agreement*' (EPA), em vigor desde 2016.

A parceria entre a Índia e a Namíbia vem assumindo contornos estratégicos nos últimos anos: hoje, mais de 1,7 mil namibianos realizam atividades de cooperação técnico-educacional na Índia, ao abrigo do '*Indian Technical and Economic Cooperation Programme*'. Informação divulgada no sítio eletrônico da Chancelaria

indiana aponta que Índia e Namíbia estabeleceram um Comitê Conjunto de Comércio em 1995 e que está em negociação um acordo de comércio preferencial com a SACU. O volume total de comércio bilateral em 2024 elevou-se a US\$ 813 milhões (cerca de NAD 15 bilhões), o que significou taxa de crescimento de 192% no ano fiscal de 2023/24, na comparação com o ano fiscal de 2022/23. Entre os produtos importados do país asiático pela Namíbia, destacam-se os medicamentos embalados.

Censo 2023

A Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA) divulgou, em 30 de outubro de 2024, os resultados do Censo sobre População e Moradia 2023.

A Namíbia atingiu, em 2023, o número de 3.022,421 pessoas, aumento de 43% desde 2011 (ano do censo precedente), sendo 51,2% mulheres e 48,8% homens. A população vivendo em meio urbano passou a 1,512,685 pessoas, contra 1.509,716 no meio rural, o que representou aumento de 67,4% nas áreas urbanas, na comparação com os dados coletados em 2011.

A Namíbia continua a contar com população predominantemente jovem: 71,1% dos namibianos têm até 35 anos, sendo que aproximadamente 1,1 milhão são crianças (0 a 14 anos); 1 milhão, jovens e jovens adultos (15 a 34 anos); 665 mil, adultos (35 a 59 anos); e 206 mil, idosos (60 anos ou mais). A taxa de fertilidade subiu de 3,6 em 2011 para 3,8 crianças por mulher em 2023.

Na seção dedicada à nacionalidade, o censo revelou que apenas 4,8% da população é composta por estrangeiros. Os angolanos figuram como o maior contingente desse grupo (61,5%), seguidos por zambianos (14,8%), zimbabuanos (6,9%) e sul-africanos (4,9%). Europeus vivendo no país correspondem a 3,7% da população estrangeira, ao passo que oriundos de países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) correspondem a 3,6%; da Ásia e Oceania, a 1,9%; e das Américas, a apenas 0,6% do total.

Os dados obtidos a respeito da educação não foram positivos: em 2011, o censo apontou que 86,3% dos namibianos acima dos 15 anos seriam alfabetizados, contra 84,6 % em 2023. Nos 12 anos decorridos entre os dois levantamentos verificou-se queda da população com educação primária, de 48,7 para 44,7 %, mas aumento da população com educação secundária (de 8,5 para 19,3%) e terciária (de 2,7 para 7,3%). A taxa de abandono dos estudos a partir dos 15 ficou em patamar alto, conquanto idêntico ao do censo anterior, de 66%.

O censo registrou um total de 756.339 domicílios particulares (domicílios convencionais) na Namíbia. A percentagem de domicílios em áreas urbanas cresceu de 49,3% em 2011 para 54,8% em 2023. Por outro lado, os domicílios em áreas rurais diminuíram, de 50,7% em 2011 para 45,2% em 2023. A má notícia no tocante à moradia foi o aumento no número de "shacks" (barracos), que mais do que dobrou desde o censo anterior, chegando ao percentual de 28,7% (contra 16,0 % em 2011). No sentido contrário, a pesquisa apurou que 90% da população tem acesso à água potável, embora somente 46% das habitações conte com vaso sanitário com descarga.

MAPA DA NAMÍBIA



DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República da Namíbia
Capital:	Windhoek
Área:	823.290 km2 (menor do que o Estado do Mato Grosso, maior do que o Chile)
População:	3,1 milhões
Línguas oficiais:	Inglês
Principais religiões:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
Sistema político:	Semipresidencialista
Chefe de estado:	Nangolo Mbumba (desde fevereiro de 2024)
Chefe de governo:	Primeiro-Ministro, Elijah Tjitunga Ngurare (desde março de 2025)
Ministra das Relações Internacionais e Cooperação:	Peya Mushelenga (desde fevereiro de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US\$ 14,4 bilhões
PIB PPP (2024, FMI):	US\$ 37,2 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 4,71 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (2024, FMI):	US\$ 12,2 mil
Variação do PIB (FMI):	-0,8% (2019); -8,1% (2020); 3,6% (2021); 5,4% (2022); 4,4% (2023); 3,7% (2024)
IDH (2021, PNUD)	0,615 (139ª posição entre 191 países; o Brasil é o 87º)
Exportações brasileiras (2024)	US\$ 9,8 milhões (-43,4%)
Principais produtos exportados	Carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (49%); açúcares e melaço (41%); açúcares e melaços (24%); outras máquinas e equipamentos especializados para determinadas indústrias e suas partes (18%).
Importações brasileiras (2024)	US\$ 1,2 milhão (-64,3%)
Principais produtos importados (2024)	Pedra, areia e cascalho (89%)
Investimentos do Brasil na Namíbia	Nas tabelas do mais recente relatório do Banco Central sobre investimentos diretos (2023 - ano-base 2021), a Namíbia não aparece individualizada como destinatária de investimentos brasileiros nem como origem de investimentos no Brasil.
Investimentos da Namíbia no Brasil	
Embaixador do Brasil no país	MPC Vivian Loss Sanmartin, desde abril de 2022
Embaixador do país no Brasil	Selma Nghinamundova (desde novembro de 2024)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Namíbia	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2022	2023	2024	2025¹
Intercâmbio	25,64	23,94	7,04	11,35	8,97	10,53	19,34	19,45	11,2	15,5 (+683%)
Exportações	24,37	23,91	7,02	11,11	8,77	10,42	19,29	16,09	9,8	14,8
Importações	1,26	0,03	0,02	0,24	0,20	0,11	0,06	3,36	1,2	0,7
Saldo	23,11	23,88	7,00	10,87	8,58	10,31	19,23	12,73	8,4	14,1

¹ Dados até o mês de junho de 2025.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NAMÍBIA
(US\$ MILHÕES)**

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	9,91	0,16	10,07	9,76
2004	11,39	0,09	11,48	11,30
2005	12,95	0,02	12,97	12,93
2006	12,64	0,11	12,76	12,53
2007	16,51	0,07	16,57	16,44
2008	22,72	0,07	22,78	22,65
2009	52,41	0,00	52,41	52,41
2010	19,44	0,22	19,66	19,22
2011	24,37	1,26	25,64	23,11
2012	26,17	0,09	26,26	26,08
2013	23,91	0,03	23,94	23,88
2014	28,21	0,12	28,33	28,09
2015	7,02	0,02	7,04	7
2016	24,01	0,18	24,20	23,83
2017	11,11	0,24	11,35	10,87
2018	6,61	0,05	6,66	6,55
2019	8,77	0,20	8,97	8,58
2020	6,44	11,24	17,68	-4,80
2021	10,42	0,11	10,53	10,31
2022	19,29	0,06	19,34	19,23
2023	16,09	3,36	19,45	12,73
2024	9,8	1,2	11,2	8,4
2025*	14,8	0,72	15,5	14,1

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

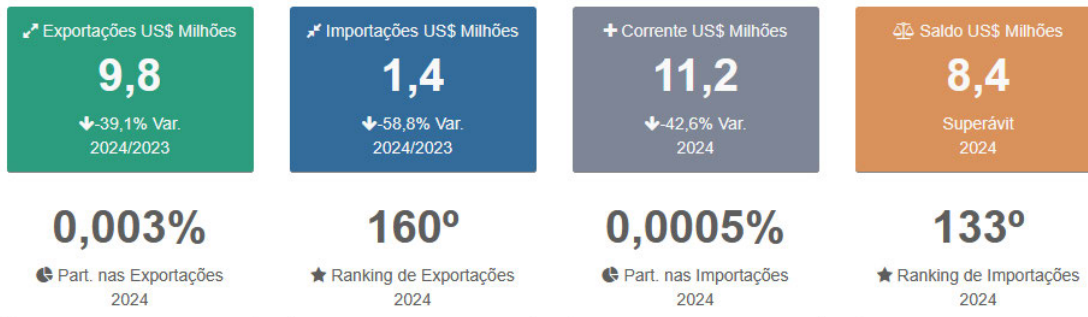
* Valores para o período de Jan-Jun

DADOS ECONÔMICOS

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Namíbia

Jan-Jun / 2025

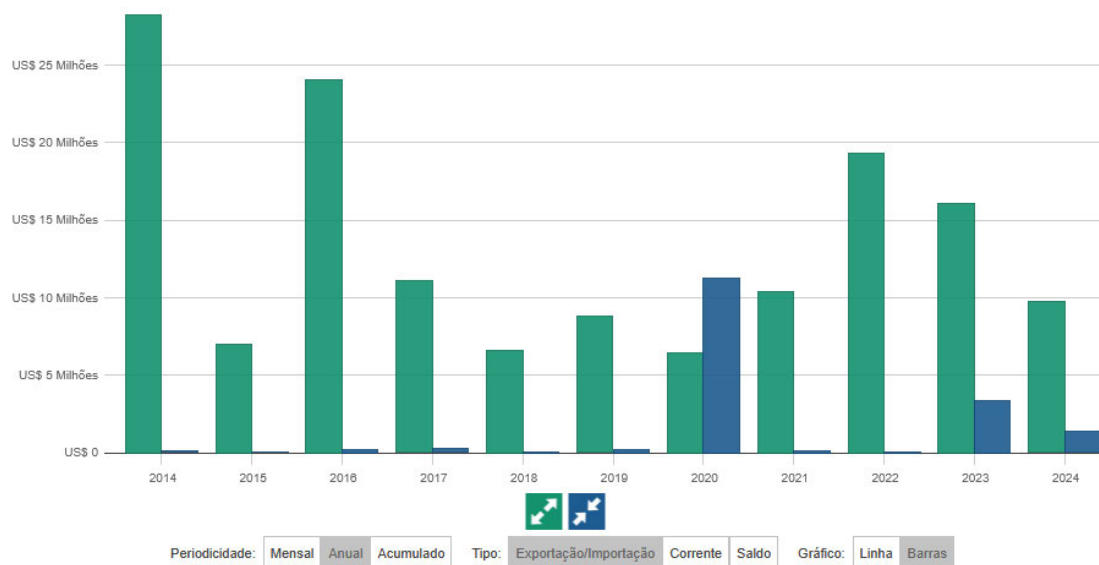
2024



Série histórica - Parceiro: Namíbia

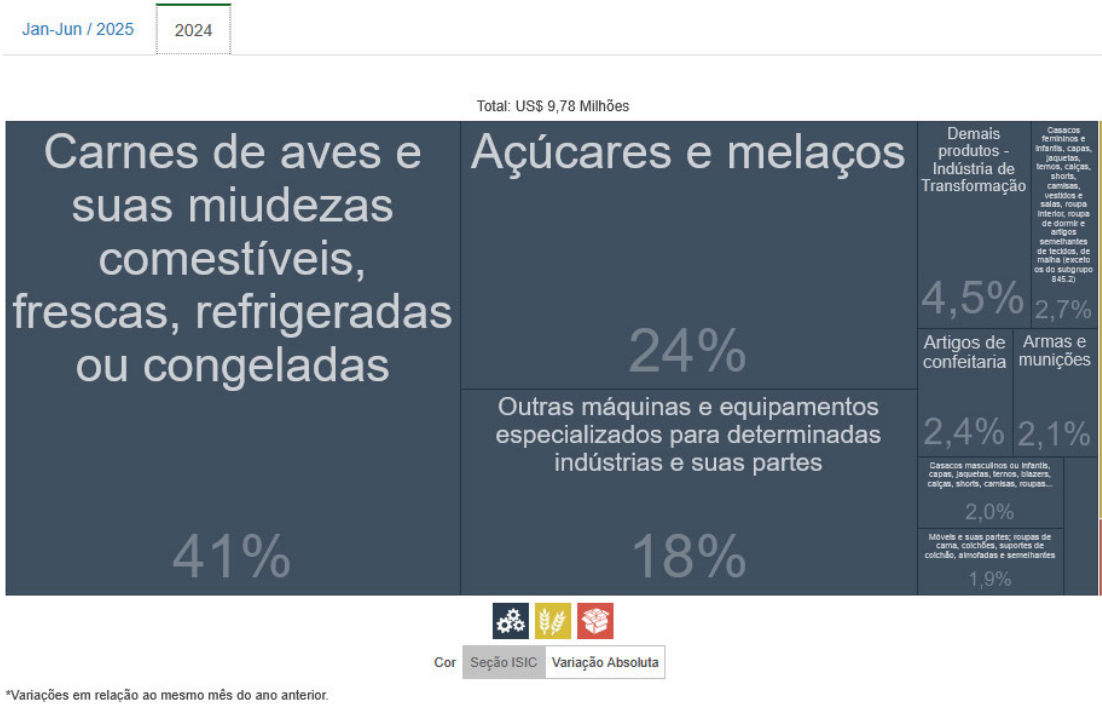
Total

ISIC - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Namíbia



Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Namíbia

